

# RURAL PACT

## Declaração sobre o futuro das zonas rurais e da política de desenvolvimento rural na União Europeia

Dezembro de 2024

### Índice

Preâmbulo	1
1. O futuro das zonas rurais é uma preocupação de toda a sociedade	2
2. Os desafios rurais precisam de respostas urgentes	3
3. A futura política de desenvolvimento rural tem de levar mais a sério as necessidades das zonas rurais	4
4. Transformar a visão a longo prazo para as zonas rurais numa estratégia concreta e aplicar o modelo do Pacto Rural	5
5. Reforçar as capacidades locais e criar um sentido de apropriação local	6
6. Melhorar a monitorização das despesas da UE nas zonas rurais	7

Tanto quanto possível, o grupo adota por consenso os pareceres, recomendações e relatórios. Em caso de votação, o resultado é decidido por maioria simples dos membros. Os membros que tenham votado contra ou que se tenham absterido têm o direito de anexar aos pareceres, recomendações ou relatórios um documento que resuma os motivos subjacentes à sua posição.

*As opiniões expressas são da responsabilidade do Grupo de Coordenação do Pacto Rural e não podem ser consideradas uma tomada de posição oficial da Comissão Europeia.*



### Preâmbulo

O Pacto Rural é uma iniciativa prevista na comunicação sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, que visa fomentar a cooperação entre os vários níveis de governação e com as partes interessadas. A iniciativa Pacto Rural é um processo de governação de múltiplos níveis com uma abordagem da base para o topo, com a Comissão Europeia a atuar como facilitador.

O Grupo de Coordenação do Pacto Rural (a seguir designado por «GCPR») foi criado como um grupo especial da Comissão para impulsionar o Pacto Rural e orientar os processos subjacentes. Enquanto membros <sup>1</sup> do GCPR, reconhecemos que é absolutamente necessário realizar uma intervenção específica e desenvolver políticas inovadoras para responder aos inúmeros desafios decorrentes do despovoamento, das transições ecológica, digital e outras, bem como do declínio económico nas zonas rurais. A prosperidade das comunidades rurais é fundamental não só para os seus habitantes, mas também para o bem-estar económico, ambiental e social da União Europeia, e isso deve ser reconhecido e contemplado na gestão dos fundos e das políticas da UE.

O nosso objetivo coletivo é criar comunidades rurais dinâmicas e resilientes, capazes de contribuir de modo sustentável para as transições económica, ambiental e social. Por conseguinte, os membros do GCPR elaboraram em conjunto esta declaração, respondendo às nove questões abordadas no relatório «[A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE: resultados principais e vias a seguir](#)», que foi adotada <sup>2</sup> a 12 de dezembro de 2024.



Financiado pela  
União Europeia

# 1. O futuro das zonas rurais é uma preocupação de toda a sociedade

## 1.1. O bem-estar económico e social da UE depende grandemente das zonas rurais

As comunidades rurais desempenham um papel fundamental na economia da UE. Setores como a agricultura e produção alimentar sustentável, exploração florestal, pesca, e energias renováveis apresentam bons resultados nestas zonas, contribuindo para a segurança alimentar, a gestão dos recursos e a execução das estratégias energéticas (em especial, a energia verde).

Além disso, as zonas rurais estão a tornar-se polos de atividades económicas, como o agroturismo, ecoturismo e empresas digitais. Estas comunidades enriquecem o tecido social da UE, permitindo um estilo de vida único, caracterizado por mais espaço e relações interpessoais mais próximas nas comunidades locais.

Convém ainda notar que as zonas rurais preservam as tradições locais e o património cultural, promovendo a diversidade cultural, integrando os recém-chegados e os migrantes, e reforçando a segurança nas regiões fronteiriças.

## 1.2. As zonas rurais da União Europeia são cruciais para combater as alterações climáticas

As regiões rurais desempenham um papel central na atenuação das alterações climáticas e na adaptação aos seus impactos. Contribuem para uma produção alimentar sustentável, para a gestão das florestas e terras agrícolas, para a produção de energias renováveis, a conservação dos *habitats* naturais e a prestação de serviços ecossistémicos (especialmente em ecossistemas frágeis, como as montanhas e as ilhas).

O êxito das estratégias climáticas depende em muito da capacidade efetiva das comunidades rurais para adotar práticas sustentáveis, reforçar a resiliência e contribuir para a luta mundial contra as alterações climáticas.

## 1.3. Os recursos rurais não devem ser sobre-explorados e devem ser geridos de forma sustentável

Embora as zonas rurais tenham preciosos recursos naturais, culturais e económicos, estes não devem ser excessivamente explorados ou utilizados, devendo antes ser geridos numa perspetiva de sustentabilidade a longo prazo. Por exemplo, os projetos de energias renováveis, como as turbinas eólicas em zonas montanhosas, devem ser integrados de forma ponderada, para encontrar um equilíbrio entre os impactos ambientais e os interesses das comunidades locais, assegurando que quem lá vive também deles beneficia.

Do mesmo modo, o turismo deve ser gerido com cuidado para proteger as paisagens rurais e preservar o património cultural sem fazer mau uso dos ecossistemas locais. Além disso, os solos e recursos hídricos exigem uma gestão responsável que evite a degradação e assegure a sua viabilidade para as gerações futuras.

## 1.4. As políticas da UE devem promover o desenvolvimento rural sustentável de forma mais direcionada

As políticas da UE devem promover a inclusividade e o desenvolvimento rural sustentável, incluindo investimentos em infraestruturas, práticas sustentáveis e novos setores económicos locais (como a economia circular, distribuição de energia proveniente de comunidades de energias renováveis, economia social e centrada na comunidade, e digitalização).

As políticas da UE devem assegurar que as comunidades rurais e os seus habitantes, incluindo os governos locais, organizações da sociedade civil e setor privado (nomeadamente as empresas rurais), possam contribuir positivamente para o futuro da União de forma equilibrada e sustentável.

## 2. Os desafios rurais precisam de respostas urgentes

### 2.1. As zonas rurais enfrentam desafios demográficos e declínio económico

As zonas rurais atravessam um ciclo de despovoamento e envelhecimento da população. O declínio económico e a redução da oferta de serviços, bem como a dificuldade de acesso aos mesmos (incluindo as acessibilidades nas zonas rurais e as opções de mobilidade em número suficiente e a preços acessíveis, os serviços de educação e os cuidados de saúde), a falta de habitação e de acesso à terra aceleram ainda mais a emigração, em especial dos jovens.

A escassez de mão de obra, de oportunidades de emprego de qualidade e o encerramento de empresas, incluindo de lojas locais, enfraquecem ainda mais as comunidades rurais e agravam os desafios demográficos.

### 2.2. As comunidades rurais têm de inovar para se adaptarem às transições digital, ecológica e económica

As comunidades rurais enfrentam desafios únicos no que diz respeito à adaptação às transições digital, ecológica e económica. É urgente realizar investimentos significativos em inovação e infraestruturas adaptadas às exigências do futuro (incluindo inovações tecnológicas, sociais, empresariais e ao nível da governação) para garantir que as zonas rurais não fiquem para trás neste período de transformações.

### 2.3. Diferentes zonas enfrentam diferentes desafios e precisam de respostas específicas

Importa reconhecer que diferentes tipos de zonas rurais (como, regiões montanhosas, insulares, remotas, ultraperiféricas e fronteiriças) oferecem diferentes oportunidades e enfrentam diferentes desafios, exigindo respostas e intervenções diferenciadas, tal como salientado no artigo 174.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Por exemplo: a distância em relação aos centros urbanos e as ligações entre as zonas urbanas e rurais são um ponto crucial a ter em consideração; as zonas montanhosas têm necessidades específicas devido a desafios relacionados com as acessibilidades e o acesso aos serviços; as regiões ultraperiféricas enfrentam também significativas limitações relacionadas com o seu restrito âmbito territorial, a insularidade e o isolamento, e os custos decorrentes das grandes distâncias até aos principais mercados; as regiões fronteiriças estão muitas vezes particularmente expostas a problemas de segurança, ao declínio económico e a tensões geopolíticas.

### 2.4. As limitações de capacidade diminuem a iniciativa e acesso ao financiamento das comunidades rurais

As comunidades rurais conhecem frequentemente significativas limitações das suas capacidades, agravadas pela evolução demográfica, especialmente com o êxodo dos jovens e do pessoal qualificado. Além disso, dependem fortemente do trabalho voluntário e das organizações da sociedade civil, necessitando ambos de maior apoio e reconhecimento.

As limitações das comunidades rurais diminuem a sua capacidade para conseguir financiamento e planear eficazmente o futuro. Muitas vezes, estas zonas carecem de financiamento específico e, quando existe, os obstáculos burocráticos, como procedimentos excessivamente complicados, limitam a sua boa utilização. Apesar de ter muitos pontos fortes e resultados comprovados, o desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) sofre atualmente de um significativo subfinanciamento e é pouco utilizado.

## 3. A futura política de desenvolvimento rural tem de levar mais a sério as necessidades das zonas rurais

### 3.1. Reforçar os apoios multipolíticas e multifundos para as zonas rurais, incluindo a verificação rural

A política de desenvolvimento rural deve seguir uma abordagem holística e integrada, sublinhando a importância da verificação rural das várias políticas. O conceito de «verificação rural», que implica «a revisão das políticas sob um ponto de vista rural, a fim de as tornar adequadas à sua finalidade na perspetiva das pessoas que vivem e trabalham em zonas rurais»<sup>3</sup>, deve ser mais que um princípio abstrato e ser reforçado com regulamentação pertinente, procedimentos e orientações metodológicas abrangentes.

O financiamento das políticas de desenvolvimento rural deve vir também de uma combinação de fontes europeias, nacionais e regionais. É essencial um esforço coordenado entre as várias políticas e fundos da UE e outras fontes de financiamento para garantir que as comunidades rurais recebem os recursos de que precisam. As partes interessadas das zonas rurais devem participar de perto na elaboração das políticas pertinentes.

### 3.2. Reforçar as abordagens locais e de base comunitária, como a iniciativa LEADER/DLBC e as aldeias inteligentes

O desenvolvimento local de base comunitária deve ser mais amplamente utilizado como método principal para identificar necessidades, desenvolver planos e estratégias locais, planear e executar projetos locais e distribuir fundos. O DLBC é uma abordagem do desenvolvimento regional e local que parte da base para o topo e em que as comunidades locais lideram a identificação e resposta às suas necessidades de desenvolvimento, incluindo a tomada de decisões à escala local [como os grupos de ação local (GAL)], o envolvimento das bases e a abordagem multifundos.

Isto permite também dar resposta às necessidades locais de forma mais direcionada. A iniciativa LEADER é, desde há décadas, o método de DLBC mais utilizado e bem-sucedido nas zonas rurais, ao passo que o DLBC multifundos, apesar de muito promovido nas zonas rurais e não rurais, não foi utilizado de forma generalizada nos Estados-Membros.

Mais recentemente, surgiram outras abordagens locais de base comunitária, em especial as aldeias inteligentes. Estas iniciativas

visam reforçar a resiliência das comunidades rurais, promovendo a inovação tecnológica e social a nível local e no meio rural, seguindo os princípios do DLBC (ou seja, planeamento local de base comunitária, participativo e holístico, e implementação de iniciativas inteligentes inovadoras).

### 3.3. Reforçar as relações entre o apoio da UE e os movimentos rurais

Além dos instrumentos formais do DLBC da UE, existe uma sólida rede de conexões na sociedade civil aos níveis local, regional, nacional e europeu, incluindo um vasto leque de grupos locais, associações de aldeias e regionais, fundos de desenvolvimento, empresas sociais, conselhos comunitários, parcerias locais, etc.

Muitos destes «movimentos rurais» têm uma longa tradição (mais de 50 anos) e criaram um sistema de parlamentos rurais nacionais e europeus para dar voz às comunidades rurais e aumentar as capacidades locais. O seu financiamento, que vem principalmente dos governos regionais ou nacionais e de contribuições dos membros, deve ser complementado por financiamento europeu para suportar a importante função destas redes.

### 3.4. Fazer ouvir as suas vozes e melhorar a representação dos interesses das zonas rurais na elaboração de políticas

Quer se siga uma abordagem de fundo único ou multifundos para as futuras políticas e programas em regime de gestão partilhada, já não é suficiente deixar inteiramente ao critério dos Estados-Membros a decisão sobre que parte do financiamento da UE é atribuído ao desenvolvimento rural.

Embora as zonas rurais sejam cruciais para o desenvolvimento sustentável da Europa e estejam no centro das ações climáticas, os interesses destas zonas e comunidades — além da agricultura — estão pouco representados em comparação com outros interesses setoriais e territoriais (por exemplo, dos meios urbanos). Por conseguinte, as zonas e comunidades rurais não receberam atenção suficiente no que toca às políticas e ao financiamento.

### 3.5. Obrigar os Estados-Membros a atribuírem uma percentagem mínima de fundos ao desenvolvimento rural

Em conformidade com os princípios da «verificação rural», o GPCR defende um firme compromisso e exigências claras à escala da UE para Estados-Membros. Seguindo estes princípios, uma percentagem obrigatória de todos os fundos da UE no âmbito do quadro financeiro plurianual, em especial a política de coesão e os fundos da PAC (por exemplo, pelo menos 30 %), deve ser atribuída às zonas e comunidades rurais, com vista a atingir os objetivos de desenvolvimento rural que vão além da agricultura.

### 3.6. Tornar obrigatória uma dotação mínima de fundos mais elevada através da abordagem do DLBC

A atual dotação de 5 % através do DLBC já não é suficiente. Uma percentagem obrigatória de fundos direcionados para o desenvolvimento rural (por exemplo, pelo menos 10 %) deverá ser atribuída através dos mecanismos de DLBC (como a iniciativa LEADER e as aldeias inteligentes), a fim de assegurar que as comunidades locais dispõem dos recursos financeiros necessários para fomentar o seu próprio desenvolvimento.

### 3.7. Considerar como solução alternativa um programa e um fundo dedicados ao desenvolvimento rural

Consideramos que é necessário estabelecer uma dotação mínima obrigatória de fundos da UE para o desenvolvimento rural (independentemente da estratégia final e do cenário de financiamento), conforme mencionado no ponto 3.5. No entanto, se tal se revelar inviável, devem ser criados e dotados dos recursos necessários (por exemplo, pelo menos 30 % de todos os fundos da UE — ver o ponto 3.5) um fundo europeu e um programa de desenvolvimento rural específicos para o efeito.

Esta abordagem conferiria às questões rurais uma maior preeminência nas políticas da UE e garantiria mais financiamento às comunidades rurais. Além disso, as iniciativas de DLBC devem também receber maior apoio financeiro no âmbito do fundo europeu de desenvolvimento rural, caso seja esta a opção escolhida.

### 3.8. Oferecer flexibilidade aos Estados-Membros na definição das prioridades e estratégias de desenvolvimento rural

Embora a dotação para o desenvolvimento rural deva ser obrigatória, é crucial existir flexibilidade que permita aos Estados-Membros financiarem projetos com objetivos adaptados especificamente às suas estratégias de desenvolvimento rural, em consonância com o quadro e prioridades mais gerais estabelecidos pela UE. É essencial adotar um modelo de financiamento centrado nas necessidades e resultados e que espelhe as diferentes condições das zonas rurais e urbanas.

## 4. Transformar a visão a longo prazo para as zonas rurais numa estratégia concreta e aplicar o modelo do Pacto Rural

### 4.1. Transformar a visão a longo prazo para as zonas rurais em estratégias de desenvolvimento rural a todos os níveis

A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE deve ser transformada em estratégias concretas à escala da UE, nacional e regional. Os Estados-Membros devem ser convidados a elaborar estratégias nacionais (e regionais) de desenvolvimento rural em consonância com as prioridades comuns da UE, tal como estabelecidas nos documentos estratégicos, como a visão a longo prazo para as zonas rurais, o Pacto Ecológico Europeu e a Década Digital.

As estratégias devem ser concebidas em parceria com as partes interessadas das zonas rurais, incluindo no plano local, a fim de garantir que refletem adequadamente as prioridades e necessidades locais.

### 4.2. Criar o modelo do Pacto Rural através da coordenação e de estruturas interinstitucionais sólidas

Nos planos regional, nacional e da UE, os esforços de desenvolvimento rural devem ser coordenados através de quadros institucionais específicos que assegurem simultaneamente uma coordenação horizontal e vertical. Devem ser aplicados os princípios e mecanismos estabelecidos no documento de informação sobre o Pacto Rural intitulado «Concretizar o Pacto Rural nos Estados-Membros».

Os membros dos governos nacionais e regionais nomeados e os grupos de coordenação interministerial obrigatórios podem assegurar a coerência das políticas e contribuir para uma efetiva verificação rural. Estes mecanismos seriam uma condição essencial para aceder à percentagem dos fundos destinada ao desenvolvimento rural.

Ao nível da UE, com uma direção-geral dedicada ao desenvolvimento



rural (DG RURAL) poder-se-ia otimizar e coordenar as ambições e esforços neste domínio. Além disso, será necessário reforçar a cooperação e coordenação entre as direções-gerais em causa (DG AGRI, DG REGIO — potencialmente a futura DG RURAL — e outras).

### 4.3. Reforçar a capacidade das autoridades de gestão em relação ao desenvolvimento rural e à verificação rural

A verificação rural deve ser integrada nos planos nacional e da UE, em especial nas fases pré e pós-legislativa. As autoridades de gestão e outras organizações políticas fundamentais devem receber formação no domínio do desenvolvimento verificação rural, a fim de assegurar a boa execução das políticas. Os conhecimentos técnicos e o reforço de capacidades são essenciais para apoiar estas autoridades na gestão das estratégias rurais.

## 5. Reforçar as capacidades locais e criar um sentido de apropriação local

### 5.1. Reforçar a capacidade local através de financiamento específico e apoio técnico

As comunidades rurais, especialmente as de pequena dimensão e com recursos limitados, devem receber apoio técnico para desenvolver ideias de projetos e gerir os pedidos de financiamento. Os grupos de ação local, as redes rurais nacionais e as redes europeias dedicadas (incluindo as redes de municípios rurais) podem contribuir nesse sentido.

Devem ser atribuídos fundos europeus suficientes para a criação de redes europeias, a assistência técnica e as ações preparatórias, a fim de reforçar capacidades e permitir a troca de experiências ao nível da UE (mas também com os territórios rurais de países terceiros).

### 5.2. Permitir flexibilidade nos processos de candidatura de beneficiários locais

O processo de candidatura deve incluir maior flexibilidade e abertura à experimentação. A simplificação das regras financeiras, por meio da introdução de pagamentos baseados nos resultados, e uma maior utilização das opções de custos simplificados (como os custos unitários e os montantes fixos) ajudariam a aliviar a carga que pesa sobre os projetos de menor dimensão. O financiamento baseado no desempenho e os sistemas de relato financeiro otimizados são essenciais para apoiar as iniciativas de base comunitária.

### 5.3. Disponibilizar financiamento de arranque para a preparação de projetos e o desenvolvimento de ideias

O financiamento de arranque — por exemplo, para o desenvolvimento de ideias e a elaboração e preparação de projetos — e os recursos catalisadores são essenciais nas fases iniciais das iniciativas e projetos. Novas abordagens, como as apresentações de projetos, podem complementar as propostas escritas formais, proporcionando aos beneficiários com menos experiência mais possibilidades de aceder ao financiamento.

### 5.4. Apoiar as comunidades rurais na inovação e intercâmbio internacional

O apoio à inovação, desde a fase das ideias, é crucial para promover soluções criativas nas comunidades rurais. Importa permitir a participação dos intervenientes de menor dimensão em projetos de inovação e em colaborações transfronteiriças. As pequenas comunidades rurais devem receber apoio técnico e ter melhor acesso direto aos programas da UE em regime de gestão direta, como o Horizonte Europa e o Interreg.

## 6. Melhorar a monitorização das despesas da UE nas zonas rurais

### 6.1. Partir dos dados e quadros de monitorização existentes e ter em conta os aspetos qualitativos

Os dados (por exemplo, recolhidos e apresentados através do Observatório dos Territórios Rurais) devem melhorar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos. Os quadros de monitorização e de recolha de dados existentes devem ser utilizados, com destaque para os principais indicadores sociais e económicos que fornecem informações valiosas sobre o bem-estar das comunidades rurais.

Além dos dados quantitativos, o sistema de monitorização deve integrar indicadores qualitativos para benefícios intangíveis como o capital social e a coesão da comunidade. Ademais, a recolha de dados deve ter em conta a sustentabilidade a longo prazo (ou seja, os resultados e impactos que vão além da duração dos projetos apoiados).

### 6.2. Monitorizar as despesas da UE em função dos setores e tipos de território

Os fundos da UE devem ser classificados por setor e território, para que se possa compreender melhor a percentagem de fundos que é afetada às zonas rurais, assegurando que estas recebem a sua quota-parte dos recursos. A classificação territorial deve também ter em conta as especificidades das zonas rurais (ver o ponto 2.3), particularmente as que requerem atenção especial (como, montanhas, ilhas, regiões fronteiriças e ultraperiféricas).

Esta abordagem ajuda a evitar situações em que o financiamento beneficia de forma desproporcionada os territórios rurais com mais capacidades. A aplicação deste sistema de classificação permitirá uma monitorização mais eficaz das dotações de fundos e garantirá o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento rural.

### 6.3. Criar indicadores SMART para os projetos locais

Deverá criar-se um conjunto normalizado de indicadores SMART (específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas e definidos no tempo) para os projetos locais. A prestação de apoio técnico às partes interessadas das zonas rurais na medição destes indicadores asseguraria coerência na avaliação dos projetos. No entanto, tal deve conseguir-se sem impor encargos administrativos desproporcionados às partes interessadas locais/beneficiários dos projetos no que diz respeito à recolha de dados.

1 Representantes de organizações não governamentais europeias, organizações da sociedade civil, organizações empresariais e organizações de autoridades públicas; representantes do meio académico e de organizações de investigação; representantes eleitos das três redes que formam o grupo diretor do Parlamento Rural Europeu (ELARD, ERCA, PREPARE); o Parlamento Europeu (COMAGRI e COMREGI), representado por deputados ao Parlamento Europeu, o Comité das Regiões (NAT e COTER), representado pelos seus membros (órgãos de poder local e regional), e o Comité Económico e Social Europeu (NAT e ECO), representado pelos seus membros; três Estados-Membros, representantes do trio de presidências do Conselho da União Europeia com dois representantes por Estado-Membro, um responsável pelo desenvolvimento rural e outro pela coesão territorial.

2 O GCPR adota os pareceres, recomendações e relatórios por consenso (maioria simples). A atual declaração foi adotada por 29 dos 31 membros do GCPC.

3 [https://rural-vision.europa.eu/action-plan/cross-cutting/rural-proofing\\_pt](https://rural-vision.europa.eu/action-plan/cross-cutting/rural-proofing_pt).



## Aderir à Comunidade do Pacto Rural e à plataforma em linha

[https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/become-member\\_en](https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/become-member_en)



 [ruralpact.rural-vision.europa.eu/index\\_en](https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/index_en)

 [info@rural-pact.eu](mailto:info@rural-pact.eu)

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2024

© União Europeia, 2024.

Fotografia da capa: ©Flickr

O Gabinete de Apoio ao Pacto Rural é um projeto executado por



PRINT ISBN 978-92-68-24288-9 doi:10.2762/4170053 KF-01-25-002-PT-C

PDF ISBN 978-92-68-24287-2 doi:10.2762/9032538 KF-01-25-002-PT-N



Financiado pela  
União Europeia